

Evolução do comportamento político durante a atual crise no Brasil¹

Political behavior evolution during the current crisis in Brazil

Antonio Jorge Fonseca Sanches de Almeida ²

Resumo: *Este trabalho discute a evolução do comportamento político dos brasileiros durante o atual período de crise, construindo um referencial teórico e uma análise de conjuntura em que estamos. Questionamos: que lógica de comportamento poderá predominar neste processo? A racionalidade pragmática, uma racionalidade estratégica, a disputa de valores ideológicos? Que energias emocionais poderá mobilizar?*

Palavras-Chave: *Comportamento político; crise brasileira; eleições 2018*

Abstract: *This paper discusses the evolution of the political behavior of Brazilians during the current period of crisis, building a theoretical framework and an analysis of the conjuncture in which we are. We ask: what logic of behavior may predominate in this process? The pragmatic rationality, a strategic rationality, the dispute of ideological values? What emotional energies can it mobilize?*

Keywords: *Political behavior; Brazilian crisis; 2018 elections in Brazil*

Introdução

As pesquisas de avaliação do governo federal e de intenção de voto realizadas desde que Temer assumiu provisoriamente a presidência da República, tem mostrado uma progressiva avaliação negativa de seu governo assim como uma melhora da imagem de Lula da Silva e o aumento de suas intenções de voto assim como do deputado federal Jair Bolsonaro (PSC). O objetivo deste trabalho é analisar esses fatos e que tipo de fatores tem influenciado a decisão político-eleitoral. É uma pesquisa exploratória sobre este objetivo, que também é uma continuidade da

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho 04 (CULTURA POLÍTICA, COMPORTAMENTO E OPINIÃO PÚBLICA) do VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de 10 a 12 de maio de 2017.

² Jorge Almeida é Professor Associado do Departamento de Ciência Política e do PPGCS da FFCH, UFBA. Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Facom-UFBA. Membro do Grupo de Pesquisa Processos de Hegemonia e Contra-hegemonia.

pesquisa que iniciamos em 2014, com o objetivo de estudar aquele processo eleitoral, especialmente o marketing político-governamental-eleitoral que permitiu a vitória de Dilma Rousseff no segundo turno com 51,5% dos votos válidos (Compolítica 2015). Diante da grande crise política que se desenvolveu logo após as eleições, continuamos a pesquisa com vistas a analisar o processo de impeachment e sua relação com a concepção que apresentamos de comportamento político dos brasileiros e o marketing desenvolvido pela campanha do PT em 2014 (Anpocs, 2016)

Agora continuamos com o objetivo de estudar o desenvolvimento do comportamento político do eleitorado, tanto no que isso significa de avaliação do governo Temer, como acerca das possibilidades que podem se abrir para 2018. É ainda uma pesquisa exploratória e uma primeira comunicação que fazemos sobre esse objeto. Com base no referencial teórico aqui esboçado e na conjuntura em que estamos (incluindo aí o cenário de representação social da política em movimento), que lógica poderá predominar neste processo? A racionalidade pragmática, uma racionalidade estratégica, a disputa de valores ideológicos? Em que medida o desenrolar da disputa vai mobilizar as energias emocionais?

Temer se desgasta e alcança índices de rejeição progressivamente maiores. Menos de 10% consideram seu governo positivo. A piora da situação econômica e social, as reformas antipopulares e a manutenção de muitos acusados de corrupção em cargos chave do governo, contribuem para isso.

Numa situação normal, seria considerado um suicida eleitoral. Mas, ao assumir este conjunto de políticas contra os interesses populares, isso já significa que tirou da sua pauta a disputa de cargos majoritários a começar pela eleição a presidente da República em 2018.

Seu governo trouxe um aprofundamento da recessão, aumento o desemprego, queda da renda dos trabalhadores e da “classe média”, privatização de empresas e reformas neoliberalizantes de conteúdo antipopular com a PEC 55, a reforma do ensino médio e aquelas que têm gerado mais rejeição, que são as da Previdência e a trabalhista. Além disso, montou uma composição de governo com políticos

carimbados como corruptos e envolvidos com a Operação Lava Jato ou outros procedimentos antiéticos, quebrando as ilusões de quem acreditava que a saída de Dilma Rousseff significaria uma limpeza ética no governo.

Há também um desgaste de quase todas as outras lideranças políticas estabelecidas, tanto identificadas com o governo atual como com os anteriores.

A conjuntura está muito instável e seu desenvolvimento até 2018 depende de muitos fatores como a economia, as investigações da Lava Jato, a resistência popular às medidas governamentais, e quais serão mesmo as candidaturas que vão se manter ou entrar no páreo.

Neste quadro, Lula da Silva emerge rapidamente do grande desgaste e rejeição sofrida (chegou a 57% em março de 2016), provavelmente devido a três fatores interligados. O primeiro é a piora geral da situação econômica e social. O segundo é uma memória positiva de seu período na presidência, inclusive com uma aparente separação entre sua imagem, a de Dilma e do próprio PT. Ou seja, Dilma é vista como um “desastre” e Lula como o cara “dos bons tempos” que, mesmo limitado, volta a ser valorizado. O terceiro, pode ser uma relativização das acusações de corrupção, mesmo entre os que aceitam que ele tenha se favorecido pessoal e/ou politicamente com os casos de corrupção denunciados – mas isso precisa ser melhor investigado. Mas pode também estar aumentando o descrédito nas denúncias contra ele, apesar de uma verdadeira campanha sistemática da grande mídia empresarial contra o ex-presidente. Lula da Silva tem ocupado certo espaço político na contestação às medidas tomadas por Temer. Mas a melhora de sua avaliação tem ocorrido mesmo sem ele ter falado sobre que programa político estaria defendendo para superar a crise e reverter as medidas que vem sendo tomadas por Michel Temer. Por outro lado, tem deixado cada vez mais explícito que será candidato a presidente em 2018.

Tudo isso nos remete ao elemento principal do comportamento político dos brasileiros em todo o período desde a eleição de Lula em 2002. A racionalidade pragmática. Os resultados concretos, numa avaliação simplificada de custo benefício imediatista se sobrepõe a valores.

Durante os 12 anos de governos federais completos do PT (2003 a 2014), se desenvolveu uma cultura política (em parte herdada) na qual as ações práticas e discursivas do governo, do seu principal partido de sustentação (PT) e das principais organizações da sociedade civil de sua base social, propiciaram o reforço de uma concepção racional-pragmática no eleitorado, em detrimento de opções por valores ideológicos (no sentido amplo do termo) o que levou também a uma baixa motivação emocional.

O outro nome em destaque é Jair Bolsonaro. Este aparece como sendo contra tudo e todos, como se estivesse fora das instituições políticas, apesar de ser parlamentar há 26 anos. Mas agora ele sai de um nicho eleitoral para se expandir e ganhar o apoio de uma parte daqueles que foram às ruas com as camisas verde-amarelas da CDF. Ele também não apresentou um programa político, econômico e social claro, além de uma discurso ideológico conservador e autoritário. Em todo caso, ainda não apareceu em listas mais comprometedoras em corrupção, o que pode lhe dar um lugar de fala em defesa de valores, apesar de ter sido sempre filiado a partidos envolvidos em corrupção (PP, PFL, PTB e PSC). Outro nome que, no limite, poderia ocupar esse espaço é o juiz Sérgio Moro.

A institutos de pesquisa só agora começam a colocar o nome do juiz Sérgio Moro nas pesquisa de intenção de voto. Alguma explicação política deve haver para isso. Talvez possa ser respondida numa fala de Rodrigo Maia de que é preciso evitar candidatos “fora do padrões”. Ou seja, aqueles que não seriam exatamente confiáveis da classe dominante e da elite política. Mas Bolsonaro também se enquadra nessa tipologia.

porém, classe dominante e suas elites políticas podem vir a lançar mão de um aventureiro, caso não consigam alavancar um político profissional mais orgânico e confiável e/ou não consigam resolver a questão Lula pela via jurídica, através de uma condenação em segunda instância que o leve a perder os seus direitos político-eleitorais

Mas, por um lado, a classe dominante e as elites políticas ainda não definiram uma candidatura prioritária. E, por outro, tudo depende do que vai acontecer com Lula da Silva nos processos que está enfrentando.

Trabalhamos com uma abordagem do comportamento político desenvolvida a partir das pesquisas que fizemos sobre os processos eleitorais no Brasil desde 1994, nos quais o voto e a avaliação dos governos tem se manifestado através da combinação de uma visão racional pragmática com uma racionalidade voltada para valores, assim como por elementos emocionais. A predominância de um desses fatores depende da situação política e do grau de polarização de projetos: do momento da hegemonia e de como eleitor percebe as diferenças, reais ou não, entre as forças em disputa.

Colocando a discussão conceitual sobre comportamento, racionalidade pragmática e voto por valores

A partir da discussão teórica que realizamos e da análise das pesquisas empíricas que estudamos das eleições de 2006 (Almeida, 2007)³; além de outros estudos que temos desenvolvido sobre a temática do comportamento eleitoral (Almeida, 1996 e 2002); entendemos que a ação racional de um indivíduo ou grupo social se relaciona com sua visão de mundo – e sobre como ele entende a racionalidade do sistema social; se o aceita ou não; se age ou não em conformidade com suas lógicas essenciais; ou se age de modo negociado com ele – aceitando e resistindo e se opondo parcialmente.

Assim, o comportamento político só pode ser melhor entendido como um comportamento social. Mesmo quando as decisões possam ser entendidas como puramente individuais, elas sempre refletem de algum modo as representações sociais da política e outras representações sociais (morais, culturais, religiosas, identitárias) que possam ter influência sobre o comportamento político de modo geral e as decisões de caráter eleitoral no estrito senso.

³ Nesta seção usamos livremente parte da discussão teórica que fizemos em ALMEIDA, 2007.

Portanto, o comportamento está ligado a um determinado estado de representações sociais, ou seja, às representações sociais conjunturais da política. A conjuntura, por seu turno, não é formada apenas de elementos passageiros, pois reflete e condensa num determinado momento, a contextualização de relações estruturais e superestruturais mais permanentes (Gramsci, 2000 e Fiori, 2003). Neste sentido - e numa leitura mais restrita – as Representações Sociais da Política contém, como parte de seus elementos, um “estado de opinião” (Bourdieu, 1980 e Augras, 1978).

O comportamento não é uma essência da natureza humana em geral, nem tampouco reflexo direto de características individuais inalteráveis das pessoas. Assim, mudanças sociais, políticas e culturais importantes, podem alterá-las. E podem alterar não somente as preferências específicas (por candidatos, partidos, governos ou líderes personalistas) mas também a lógica que orienta suas decisões – sua lógica comportamental.

Tudo isto está sujeito às representações sociais conjunturais. Estas, por seu turno, também representam, ao menos em parte, a correlação de forças (econômicas, sociais, políticas – no estado e na sociedade civil – culturais, etc), materiais e simbólicas. Representam e, dialeticamente, fazem parte desta correlação, ou seja, das contradições e lutas sociais, dentro de uma hegemonia e de um bloco histórico (ou bloco de poder) de vigência mais permanente (Gramsci, 2000, Portelli, 1987 e Williams 1979).

Neste sentido, não somente as decisões (por exemplo de votar ou não votar ou em quem votar) podem ser alteradas, como os critérios para a decisão de voto podem mudar.

Podem mudar no tempo (histórico, de longo prazo ou conjuntural), dentro de uma mesma formação social. Como podem ser diferentes entre realidades estatais, geográficas e demográficas distintas. Em estados diferentes ou em regiões diferentes dentro de um mesmo estado. E podem ser menos ou mais influenciados por fatores internos (nacionais) ou globais (internacionais).

E, muito importante, podem estar relacionadas ao grau de unidade do bloco de poder e da estabilidade de uma hegemonia.

Assim sendo, todos estes fatores podem influenciar não somente nas decisões específicas, como na lógica do comportamento, ou seja, sobre quais os tipos de racionalidade que operam, com maior ou menor importância, sobre o conjunto dos grupos sociais e dos indivíduos e até que ponto as emoções podem interferir nas decisões – racionais ou não.

Portanto, não é correto falar da existência de uma única lógica (racional ou não) explicativa para todo o comportamento político nem para qualquer comportamento eleitoral especificamente. São as representações sociais, ou seja, é a conjuntura ou, melhor ainda, é correlação de forças (sociais – inclusive de classes – política e ideológica) existente num determinado momento histórico que condicionará a lógica predominante que orienta o comportamento político de grupos e indivíduos.

Aliás, é esta mesma realidade de correlação de forças que condicionará o peso relativo do “social” e do “individual” nas decisões que levarão cada indivíduo depositar seu voto. Um voto que acaba sendo individual, sem dúvida. Mas um voto individual que refletirá sempre, em maior ou menor grau, uma correlação de forças na sociedade. E refletirá não somente como somatória de votos individuais, mas também pela influência desta conjuntura sobre estes votos individuais.

E, por outro lado, numa mesma conjuntura, esta correlação de forças (vale repetir, social, econômica, cultural, política, ideológica) não atinge a todos os indivíduos nem a todos os agrupamentos sociais da mesma maneira.

Assim, é esta realidade que interfere, em maior ou menor grau, para que as pessoas (que pertencem a uma classe, grupo social, realidade regional, etc particular) tomem uma decisão. Pessoas e grupos que já entram num momento eleitoral - ou em outra situação que pede um posicionamento político – com alguma tendência preferencial. Mais do que isto, que as pessoas venham a tomar uma decisão baseada numa determinada lógica: uma racionalidade fundada em valores ideológicos bem definidos (no sentido político-ideológico de projeto de sociedade); uma racionalidade fundada em valores ideológicos mais genéricos, como visão de mundo, menos relacionados a um projeto político mais nítido; uma racionalidade pragmática, portanto tática e imediatista, identificada como uma maneira de pensar e se

relacionar “prática”, “realista” e “objetiva”; uma racionalidade estratégica, visando o futuro e um acúmulo de forças; ou mais influenciada por elementos emocionais. Reconhecendo que, apesar de ser possível identificar em grande parte a determinância dos fatores racionais ou emocionais, não é possível separá-los de forma absoluta.

Com isto, já estamos também esclarecendo que entendemos o termo “estratégia” de uma maneira diferente do que a teoria da escolha racional assim considera. Ou seja, o que a teoria da escolha racional chama de estratégico, praticamente como sinônimo de instrumental, entendemos como uma decisão tática e imediatista, de quem visa resolver uma situação diante de opções colocadas por outros (os candidatos e partidos ou outro tipo de grupo dirigente, dominante ou não) – estes sim, agindo como sujeitos estratégicos (que têm objetivos de curto, médio e longo prazos e que acumulam para um território político próprio) e que, portanto, podem ser melhor definidos como atores que agem com base numa racionalidade estratégica. Diferentemente, a posição do eleitor que não tenha um projeto estratégico e que precise decidir diante das opções colocadas por estes sujeitos, pode ser tática e pragmática. É racional, na medida em que procura tirar a melhor vantagem diante de uma situação concreta. Mas não acumula estrategicamente. Se assemelha mais com aquilo que De Certeau (1994), tratando das vicissitudes e pequenas espertezas do povo no seu cotidiano, chamou de “arte do fraco”.

A decisão de voto baseada numa racionalidade pragmática, em grande parte pode estar relacionada a interesses individuais e não coletivos. Mas, até mesmo o fato de pessoas, numa determinada situação histórico-geográfica, preferirem agir de modo menos ou mais individualista ou coletivista, também se relaciona com a já referida conjuntura política e suas representações sociais.

Portando, identificar a existência e mesmo a predominância de um voto baseado numa racionalidade pragmática, não significa aceitar as bases da teoria da escolha racional. Nem no que diz respeito ao individualismo metodológico; nem na caracterização de que esta é uma opção “estratégica”; nem muito menos de que

esta é a melhor – quando não a única – forma de racionalidade aceitável e reconhecida como tal.

Por isso é que a teoria da escolha racional só explica uma parte dos fenômenos de comportamento político e eleitoral. Por isso, igualmente, em determinadas realidades onde o peso do voto baseado na racionalidade pragmática é muito forte, ela pode aparecer como se fosse uma teoria universalizante. E é por isso que a conjuntura do período histórico global menos recente (de menor polarização e maior consenso) concorreu e favoreceu, para a sua aceitação por muitos como sendo a melhor ou mesmo a única capaz de explicar os comportamentos políticos.

Como contraponto, diríamos que, numa situação ou realidade em que haja maior radicalização e confronto entre interesses, entre classes, grupos sociais e forças políticas (mesmo que não seja efetivamente entre projetos hegemônicos e contra-hegemônicos), a tendência é de crescimento de uma lógica de comportamento político baseada em valores ideológicos (e classistas e identitários social e culturalmente) mais definidos e mais sustentados por uma racionalidade estratégica, da maneira aqui considerada – como práxis (Vasquez, 1977) e não como pragmatismo.

Não foi isto, entretanto, o que observamos na campanha 2006, quando levantamos a hipótese de que durante o primeiro mandato do governo Lula e nas eleições de 2006, a predominância do comportamento político esteve relacionada principalmente a uma combinação do voto por valores com uma racionalidade pragmática. Combinação esta que, aliás, provavelmente é a que tem predominado (de modo tensionado e particular) nas eleições presidenciais brasileiras desde 1994 e, posteriormente, em 2010.

Esta formulação também encontra elementos empíricos de sustentação na evolução do apoio popular durante o primeiro mandato de Dilma e no processo eleitoral de 2014 (ALMEIDA, 2015). Um tipo de voto identificado com certos valores simbolizados pelos principais candidatos e um outro baseado numa racionalidade pragmática.

Podemos encontrar tendências do voto baseado em valores e naquele baseado numa racionalidade pragmática, tanto nos eleitores de Dilma como nos de Aécio e Marina. Provavelmente (como hipótese), o voto em Luciana Genro e demais candidatos, por suas características ideológicas e tipo de campanha (e até mesmo por sua visível impossibilidade de vitória eleitoral), esteve mais vinculado a um voto por valores do que a uma racionalidade pragmática.

O voto por valores está identificado com o que Dilma ainda simbolizava ideologicamente (amplo senso) para uma parte dos eleitores. De sua história de luta na esquerda, sua luta contra a ditadura e sua vinculação com o PT, que ainda representa, para amplos setores, uma força política de “esquerda”.

Enquanto o voto baseado numa racionalidade pragmática advém de sua relação direta com os resultados vistos como positivos nos 12 anos de governos petistas, nos quais ela foi destacada ministra e presidenta – assim como na possibilidade de continuar atendendo melhor as demandas concretas da maioria da população.

Ora, numa sociedade capitalista onde exista uma hegemonia burguesa mais ou menos estável, o normal é que as pessoas se comportem politicamente e votem principal e majoritariamente com base em valores conservadores e/ou numa racionalidade pragmática. E não em alternativas efetivamente estratégicas, revolucionárias, socialistas ou reformistas radicais. Tampouco em opções de extrema-direita, liberais e assemelhadas aos fascismo. Que possam expressar insegurança em relação a um futuro desconhecido ou que possa (ou pareça) desestabilizar a ordem. Isto não significa, entretanto, aceitar que esta opção se faz de modo puramente individual e é melhor interpretada com base no individualismo metodológico que desconsidera as bases sociais, econômicas, culturais que de alguma forma orientam “socialmente”, não somente opções coletivas e coletivistas, mas também as individuais e individualistas. Ou seja, se predomina o individualismo na hora da decisão política, isso também é resultado de uma certa situação/conjuntura sócio-econômica-política-cultural.

Mas, isto também não significa que mudanças nas representações sociais da política, provocadas por diversos fatores, objetivos e/ou subjetivos, não possa

também criar condições para alterar as bases lógicas do comportamento político numa determinado contexto.

Por outro lado, na racionalidade baseada em valores, os indivíduos são vistos como capazes de agir racionalmente não somente a partir de interesses materiais diretos e imediatos. Podem agir considerando uma causa, um dever, a dignidade, suas convicções, orientações religiosas, éticas e morais; com base em decisão coletiva ou a partir de um posicionamento ou predominância de uma visão de mundo e interpretação da realidade do grupo ou de um dos grupos sociais de pertencimento; e baseados na solidariedade, na justiça, na igualdade mesmo quando possam ocorrer eventuais consequências pessoais negativas mais imediatas. Isto significa que podem agir tendo como base definições ideológicas mais definidas ou restritas (como uma identificação com o “socialismo”, “liberalismo”, “coletivismo”, “livre iniciativa”, “esquerda”, direita” ou numa preferência partidária bem consolidada). Mas podem ser também valores ou preferências mais difusas e genéricas que, no entanto, não fogem de um comportamento voltado a valores políticos, ideológicos, morais, culturais mais gerais.

A coexistência ou combinação da racionalidade por valores com a racionalidade pragmática está na hipótese de que parte importante das pessoas se posiciona e vota com base em valores e parte importante decide com base numa racionalidade pragmática. Isto não significa que seja possível separar completamente pessoas que se comportam totalmente de uma forma e outras de outra. Supõe que estes fatores podem coexistir não somente socialmente, como também nos indivíduos e que estes podem, inclusive, se comportar sem ter um dos elementos sempre como principal. Em geral, é difícil também separar inteiramente o componente emocional do racional. Tanto a paixão pode estimular a racionalidade, como razões fortes emocionam indivíduos e grupos sociais (Gramsci, 2000). Como também é difícil entender e comprovar como alguma proposta, partido ou candidato pode emocionar se não existem razões para isto.

As representações sociais da política

As representações sociais da política (Almeida, 2005, Minayo, 2002 e Moscovici, 2003) são construídas num processo de ações contraditórias entre estado, a sociedade civil, a base econômica e a mídia⁴.

Trabalhamos com o conceito “Representações Sociais da Política”, pois este pode expressar melhor o que comumente se chama de “opinião pública política”, sendo a “opinião” um dos elementos dessas representações sociais. Por outro lado, a mídia não será necessariamente ou sempre a principal responsável pelas representações sociais da política predominantemente identificadas na sociedade. Isto porque estas têm contradições e tanto podem ser influenciadas por outras instâncias do bloco de poder, como passam por diversas mediações sociais e culturais, inclusive resistentes ou opostas ao discurso hegemônico.

Vivemos hoje numa realidade onde a disputa de opiniões e outras representações não se faz a partir de pressupostos da busca racional de um bem comum de caráter universal, mas a partir de interesses sociais e políticos contraditórios e mesmo antagônicos. Disputa que se faz com base na ação estratégica. Cada segmento social e político se utilizará, assim, dos vários meios possíveis para convencer, formar opinião ou até mesmo impor sua vontade. Não só mídia e marketing estarão envolvidos, como também organizações estatais e da sociedade civil, além do poder econômico. Daí ser indispensável também a utilização do conceito de hegemonia.

Sendo assim, a mídia é um elemento fundamental e indispensável para se estudar e entender a formação e contradições presentes nas Representações Sociais da Política, mas não como seu único ou sempre principal instrumento definidor dos seus conteúdos.

No Brasil, em diversas situações o estado e suas ações também tem tido um papel determinante nos resultados eleitorais. Isto, evidentemente, depende de como os governos estão sendo avaliados. Neste sentido, desde o primeiro governo Lula da Silva, na medida em que a avaliação esteve quase sempre positiva, o estado tem tido um papel decisivo nas vitórias petistas.

⁴ Nesta seção usamos livremente parte da discussão teórica que fizemos em ALMEIDA, 2005.

Assim, as Representações Sociais da Política, fazem parte da realidade e têm uma grande importância simbólica (e política real), pois é o ambiente simbólico no qual a disputa política se desenvolve. Por isso, a sua identificação é importante num processo de disputa política. Enfim, as Representações Sociais da Política conjuntamente identificadas na recepção, ou na chamada “opinião pública”, criam limites reais à ação política e à aceitação dos discursos dos candidatos, mas podem ser alterados, se, em tempo hábil, entra em cena uma força real maior que a representação predominante (Almeida, 1999-b).

O atual contexto de crise no Brasil

O Brasil vive uma profunda crise econômica, social e política com um governo ilegítimo que tem uma das maiores rejeições já registradas em pesquisas em nossa história e promove o maior ataque concentrado já visto aos direitos dos trabalhadores e do povo, incidindo sobre direitos conquistados desde a Constituinte de 1988 e até mesmo desde o Estado Novo. As reformas da previdência, trabalhista e do ensino médio, a PEC 55 (que corta recursos orçamentários de políticas públicas) e outras medidas governamentais estão no bojo de políticas neoliberais e da financeirização da economia e a serviço do pagamento da Dívida Pública.

As medidas tomadas por um governo tipicamente de direita aprofunda políticas neoliberais a tal ponto que até setores do grande capital produtivo já começam a reclamar⁵. Mas as condições para a existência do governo desse grupo político que chegou à Presidência da República através de um golpe palaciano e a aplicação dessas políticas fortemente liberais e autoritárias, bem expressas nas reformas trabalhista, previdenciária e do ensino médio, surgiram a partir da confluência de um agravamento da crise econômica mundial com fatores gerados no âmbito nacional, tanto no que diz respeito à maneira como a crise econômica se manifestou, como na questão da corrupção e do estelionato eleitoral cometido pela campanha de Dilma Rousseff em 2014.

⁵ <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/04/1879725-governo-e-muito-liberal-e-nao-da-atencao-a-industria-diz-empresario.shtml>

Brasil: o neoliberalismo e sua variante neodesenvolvimentista

É nesse quadro que se situa a crise brasileira. A aplicação das políticas neoliberais no Brasil ocorreu de modo retardatário em relação a outros países do centro e da periferia capitalista devido à forte resistência do movimento operário, sindical, estudantil e popular durante os anos 1980, quando o movimento popular vivia um ascenso no Brasil. Foram então construídas novas ferramentas político-partidárias e sociais, conquistando novos direitos na Constituição de 88 e realizando as duas maiores greves gerais do país até então, em 89 e 91, justamente quando se dava a maior ofensiva do capital na periferia do mundo e no Brasil, entre o final do governo Sarney e inícios do de Collor de Mello. Collor veio a iniciar de forma sistemática as políticas liberalizantes que, depois do seu impeachment, voltaram à prioridade da pauta governamental a partir dos governos de FHC, através de amplo processo de privatizações, facilidade para entrada de capitais estrangeiros, financeirização da economia, reforma da previdência e outros ataques a direitos dos trabalhadores, gerando grande insatisfação popular.

A chegada do PT ao governo não teve um sentido contra-hegemônico. Ao contrário, houve um processo de reforço da hegemonia política burguesa (GRAMSCI, 2000) no Brasil, que se constituiu, por um lado, através de uma pequena melhora da capacidade de consumo dos mais pobres (mesmo sem uma diminuição real da desigualdade social), fruto da somatória de micropolíticas econômicas e políticas sociais compensatórias favorecidas por um momento de melhora da situação mundial. Por outro lado, houve o transformismo do PT e aliados, que passam a defender a ordem social e fazer a contenção dos movimentos sociais. Em terceiro lugar, o discurso do novo governo e de suas principais lideranças, inclusive Lula da Silva, foi de rebaixamento das utopias e expectativas de mudanças mais profundas, valorizando o melhorismo material imediatista e rebaixado. Esse combinado permitiu que Lula-Dilma (PT) tirassem direitos, dentro da democracia liberal, mantendo um apoio popular até 2012. Mas houve também um reforço do aparato jurídico-coercitivo (Almeida, 2012).

Do ponto de vista econômico, o modelo chamado neodesenvolvimentista é uma variante neoliberal com maior ativismo estatal visando crescimento econômico. É uma versão do “desenvolvimentismo” em geral, mas não uma real alternativa ao neoliberalismo e à dependência (MARINI, 2011), e sim um viés de respostas social-liberais à crise estrutural do capitalismo.

Não era um modelo nacionalista nem “progressista”; como o desenvolvimentismo “clássico” se apresentava e aponta o mercado como caminho econômico central. A presença do Estado visa viabilizar investimentos e infraestrutura (prioritariamente privada) para incentivar o setor privado. A regra são as privatizações e a prioridade ao capital financeiro, que se mantém hegemônico, e há mudanças legais para facilitar a reprodução social capitalista, dentro da ordem internacional (ALMEIDA, 2016-a).

O aprofundamento da crise

O estouro da crise financeira em 2008, dentro do percurso da crise estrutural do capitalismo desde a década de 1970, foi recebido pelo governo petista inicialmente de maneira cética (a “marolinha” de Lula da Silva) e com crescentes medidas anticíclicas, em acordo com os interesses do grande capital, que não fugiam da lógica do neoliberalismo, mas que tinha limites dentro dessa mesma lógica.

Mas o aguçamento da crise mundial e o aprofundamento de suas consequências no Brasil colocaram a nu os limites do “neodesenvolvimentismo” para resistir à crise mundial e deixaram o governo Dilma diante do dilema de resolver quem seria mais prejudicado ou beneficiado. As várias frações do capital pressionam para manter e ampliar seus ganhos, mas o povo não aceita ter perdas. Mas o desenvolvimento da crise econômica em grave crise política ocorreu ao se cruzar com a questão da corrupção, que se amplificou ao atingir a Petrobras - principal empresa do Brasil (do ponto de vista econômico e simbólico) – outras grandes financiadoras de campanhas eleitorais, e dirigentes e parlamentares de partidos dos governos petistas. Se formou uma resistência popular à esquerda do governo e movimentos de direita ativos disputando espaços na sociedade civil. Começou a se desenvolver

uma profunda crise política de governo, mas isso não significando uma desestabilização da hegemonia do capital.

A perda de apoio popular da presidenta deixou a sua base parlamentar mais livre e ampliou sua sede fisiológica, favorecendo uma crise na base institucional do governo. Como pano de fundo, o conservadorismo ideológico de parte da “classe média” e da sociedade foi alimentado pelo arrocho material e pela ação de grupos minoritários mais direitistas, religiosos e neofascistas. Tudo isso tem ampla exposição e divulgação negativa e seletiva da maioria da grande mídia comercial, que amplificou o desgaste do governo e ajudou as manifestações da direita.

As “Jornadas de Junho” de 2013 mostraram e reforçaram a insatisfação popular com a situação econômico-social, o desgaste do governo e os sinais de sua crise em desenvolvimento. Elas indicaram os limites do neodesenvolvimentismo, o esgotamento do modelo. Além disso, animados com as manifestações fora do controle do governo (e do petismo) e com a queda da aprovação de Dilma, os partidos da oposição liberal conservadora passaram a ter um maior ativismo oposicionista, rompendo com certa passividade que predominava no período anterior dos governos petistas.

A opção do governo foi de empurrar a crise pra frente com o objetivo de vencer as eleições de 2014 a qualquer custo. Isso foi feito através de um marketing político-governamental-eleitoral que, através do estado, empurrou o pacote de maldades para depois das eleições e, com uma propaganda manipulativa fartamente financiada de modo corrupto por grandes empresas capitalistas, vendeu a ilusão de que não tiraria direitos do povo trabalhador (ALMEIDA, 2016-b).

Logo após as eleições assumiu o ajuste de peito aberto, consciente do desgaste que diante do povo, mas confiando que o grande capital retribuiria com a garantia de sua governabilidade. Enfim, perdendo toda base popular, perdeu toda legitimidade e ficou nas mãos do grande capital, de um Congresso corrupto, da burocracia do aparelho jurídico coercitivo e da grande mídia empresarial, ambos agindo de modo seletivo para desgastar e incriminar o governo e suas lideranças.

A grande burguesia, num primeiro momento tentou construir sua saída de ajuste principalmente por dentro do governo federal petista e do Congresso Nacional. Depois, avança para o golpe. Assim, a direita capitalizou a situação se baseando em fatos reais: uma crise econômica realmente existente; uma vasta corrupção envolvendo lideranças do governo; o estelionato de Dilma rompendo suas promessas; o seu ajuste fazendo crescer exponencialmente a insatisfação popular.

Tudo isso levou a um enorme desgaste político de Dilma Rousseff, do PT, de Lula da Silva e outras lideranças do PT.

Com a desmoralização do governo Dilma, o PT e as suas bases organizadas de sustentação social (como a CUT, CTB e UNE) a burguesia viu no golpe através do impeachment (mesmo sem uma comprovada base legal de crime de responsabilidade) uma oportunidade de avançar. Ficou à vontade para derrubar o governo, não apenas como uma mudança de grupo governante, mas com o objetivo de classe de aprofundar duramente os ataques aos direitos dos trabalhadores e as riquezas nacionais legalmente marcadas na Constituição de 1988, mostrando que o estado burguês, a depender da correlação na sociedade e dentro do seu aparelho, pode favorecer, de modo variado, as várias frações do grande capital, reforçando agora, mais do que antes, a fração do capital financeiro (POULANTZAS, 1977).

Com o Governo Temer, aumentou a prioridade ao capital financeiro e mais neoliberalismo para pagar a dívida pública e ampliar a rentabilidade do capital, através de uma política de saque às riquezas nacionais e direitos dos trabalhadores numa voracidade jamais vista em nosso país.

Se Dilma caiu porque perdeu legitimidade, o governo Temer já nasceu sem nenhuma legitimidade e usa isso, de modo autoritário, para impor a ferro e fogo todo ataques possível aos trabalhadores, aprofundando o ajuste, cortando investimentos sociais e de incentivo à produção e na infraestrutura, privatizando e quebrando direitos. O resultado é um desemprego oficial recorde de 13,7% (IBGE) com 14,2 milhões de desempregados. Pelo método do Dieese, mais rigoroso, já está em 17,1% na Região Metropolitana de São Paulo. O PIB recuou 3,6% em 2016 e já tinha recuado 3,8% em 2015. Para 2017, as previsões mais otimistas são de

crescimento de 0,5%. Mas a resistência popular tem avançado. As manifestações de março de 2017 e a Greve Geral de 28 de abril demonstraram isso, assim como o anseio de substituição de Michel Temer por um novo presidente eleito de modo livre e direto antes de 2018 – o que tem sido expresso através do “Fora Temer” e a reivindicação cada vez mais ampla de “Eleições Gerais” ou “Diretas Já”.

Para o governo, o resultado de tudo isso tem sido uma das maiores rejeições de um presidente da república, em algumas pesquisas recentes⁶.

O levantamento mais recente do Datafolha colocou questões sobre as reformas em andamento, a avaliação do governo Temer e as intenções de voto e rejeição dos possíveis candidatos

Sobre a Reforma da Previdência, 71% responderam com posição contrária. Mas, de fato, são mais do que isso pois, entre os que se dizem favoráveis a uma reforma, 87% são contrários aos pilares principais desta reforma apresentada por Temer, ou seja, a idade mínima de aposentadoria de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres e os 40 anos mínimos de contribuição. Sobre a Reforma Trabalhista, a grande maioria também contrária sendo que 60% consideram que vai beneficiar os patrões.

Sobre o Governo Temer, a desaprovação (ruim e péssimo) é de 61%. Apenas 9% aprovam (ótimo e bom). Está empatado com Dilma Rousseff nas vésperas do impeachment quando ela tinha 63% de desaprovação e apenas 13 de aprovação. Sendo que a ex-presidenta chegou a ter 71% avaliação negativa e 8% de positiva em agosto de 2015. Collor de Mello, nas vésperas de seu impeachment, tinha respectivamente 68% e 9%.

Outra maneira de se fazer uma avaliação de Temer, é a sua rejeição nas intenções de voto, ou seja, aqueles que dizem que não votariam de modo algum em determinado candidato. Era 45% em dezembro de 2016 e agora em 64% em abril de 2017. E sua intenção de votos é de apenas 2%.

⁶ Como referência para avaliação do governo Temer e cenários eleitorais possíveis para 2018, vamos usar as pesquisas realizadas pelo instituto Datafolha, especialmente a mais recente, realizada nos dias 26 e 27 de abril, vésperas da Greve Geral do dia 28. Foram 2.781 entrevistados em 172 municípios, com margem de erro de 2%.

Sua maior desaprovação está no Nordeste (75%), entre as mulheres (66%) e eleitores de escolaridade superior (66%).

Essa desaprovação era 31% em julho de 2016 e agora está em 61%.

Caso Temer seja cassado pelo TSE, 85% defendem eleições diretas para novo presidente, através de uma mudança constitucional, e apenas 10% querem a eleição via o Congresso (como determina a legislação atual).

É nesse quadro que Lula aparece em primeiro lugar nas intenções de voto no primeiro turno nas pesquisas que todos os institutos realizaram recentemente. Preferência que aumentou concomitantemente à diminuição de sua rejeição. No primeiro turno, seus principais concorrentes no momento são Jair Bolsonaro e Marina Silva. No segundo turno, Sérgio Moro e Marina Silva.

No primeiro turno e modalidade estimulada, Lula da Silva (PT) subiu de 25% (dezembro de 2016) para 30% nos principais cenários. Jair Bolsonaro (PSC) de 9% para 15%. Marina Silva (Rede) aparece empatada em segundo com 14%. Aécio Neves (PSDB), que estava na frente em dezembro de 2015 com 27%, agora está com 8%. E Geraldo Alckmin (PSDB) caiu para 6%. Na modalidade Espontânea, Lula tem 16% e Bolsonaro 7%.

Sobre a rejeição dos candidatos, Temer tem 64%, Lula 45% (em queda), Aécio 44% (era 30% em dezembro) e Bolsonaro 23%.

Bolsonaro parece ocupar o vácuo com o aumento da rejeição e queda das intenções de voto do candidatos da direita tradicional.

Lula tem 30% na média, sendo 17% entre os de escolaridade superior, 19% entre os dois estratos de maior renda, 32% entre homens e 28% entre mulheres.

Bolsonaro tem média de 15%, sendo 21% nos que tem escolaridade superior, 27% entre os que ganham entre 4,7 a 9,4 mil reais por mês e 28% entre os que ganham mais de 9,4 mil. Entre os homens tem entre 15 e 22%, a depender do cenário de concorrentes, e entre as mulheres cai para entre 6% e 10%. Entre jovens de 16 a 24 anos, tem 20%. Está pior no Nordeste, com 10%, e melhor nas outras regiões, entre 15% e 17%.

Para o segundo turno, Lula da Silva aparece com pequenas diferenças em torno de 40%, e venceria quase todos os candidatos (Aécio 27%, Bolsonaro, 31%, Dórea 32%). As exceções são os empates técnicos com Marina (41%) e Sérgio Moro (42%).

Os demais candidatos colocados em diversos cenários, obtiveram as seguintes intenções de voto: Ciro Gomes (PDT), 5%, Temer 2% (PMDB), Luciana Genro (PSOL) 2%, Caiado (DEM), Eduardo Jorge (PV) 1%, Dórea (PSDB) 5%. Além destes, foram colocados como opção em alguns cenários, os sem filiação partidária Sérgio Moro (9%), Joaquim Barbosa (5%) e Luciano Huck (3%).

Branco e Nulos estão em torno de 17% e Não Sabem ou Não Responderam 4%.

Como se vê, no cenário atual, que é volúvel e mutável, dos candidatos que já tiveram relevo em outras eleições, apenas Lula da Silva e Marina Silva aparecem, no momento, com potencial eleitoral. Numa direita com caráter mais autoritário, destacam-se duas candidaturas com perfil de Salvadores da Pátria, Bolsonaro e Moro com significativo potencial eleitoral. Estão presentes ainda outros dois nomes de perfil de direita mais liberal, Dórea e Luciano Huck. Hipoteticamente, qualquer um deles pode vir a se transformar numa candidatura da classe dominante e elites políticas, desde que fique inviável a eleição de um nome mais orgânico, previsível e confiável para este campo político social. Ciro Gomes poderá também se tornar um protagonista neste processo, desde que a candidatura de Lula da Silva seja impedida juridicamente e este e o PT assumam o apoio ao ex-governador cearense. Pode haver algum crescimento de uma candidatura à esquerda, a partir do PSOL, mas isso vai depender de qual seja essa candidatura, do programa e da estratégia que ela venha a assumir.

Em qualquer dos casos, o processo será ainda influenciado pelo desenrolar da situação econômica, das delações e outras ações da Operação Lava Jato, do desenrolar da luta em torno das reformas patrocinadas pelo governo federal e o Congresso Nacional, assim como da legislação eleitoral que venha se concretizar e a maneira que vai incidir sobre financiamento de campanha, coligações tempo de

TV, direito de participação em debates e formato eleitoral (voto proporcional, distrital, em lista, etc).

Considerações em aberto

Nosso objetivo com esse trabalho exploratório é o de construir hipóteses sobre o tema, para o desenvolvimento de nossa pesquisa sobre a lógica do comportamento político e eleitoral no atual cenário de crise e em seu desenvolvimento até 2018, independentemente da garantia da realização normal de eleições presidenciais neste ano. Isso passa necessariamente pelo debate teórico sobre a questão do comportamento político e, neste sentido, re colocamos a nossa hipótese de abordagem sobre as lógicas de comportamento político dos brasileiros.

A crise econômica e social profunda colocou a questão econômica, e a hipótese do voto econômico, podendo provocar um perfil eleitoral baseado numa racionalidade pragmática.

O PT, que é visto socialmente como “esquerda” (apesar de, no governo efetivado basicamente políticas social-liberais, que favorecem prioritariamente o grande capital), e suas principais lideranças, progressivamente, desde as eleições de 2002, que elegeu Lula da Silva pela primeira vez, abandonou progressivamente a polarização de classe e a luta política programática ligada a um projeto de sociedade socialista, conforme o programa formal e os objetivos constantes nos projetos de sociedade futura do partido. Isso ocorre ainda com mais destaque quando estudamos as campanhas eleitorais, mas também pode ser objetivamente identificado quando se estudam as resoluções políticas programáticas do partido desde sua fundação, passando pela primeira campanha presidencial de Lula da Silva (1989), pelo primeiro Congresso de 1991, e encontros e congressos posteriores, especialmente a partir da chegada do partido ao governo federal.

Idem se se considerar as manifestações públicas de Lula da Silva durante o seu exercício na presidência, quando se manifestava sobre termos caros na cultura da

esquerda como socialismo, reforma, revolução e mesmo a própria palavra “esquerda” (COSTA, 2012)

O discurso de Lula, da maioria das lideranças mais importantes e do próprio partido, foi de rebaixamento das expectativas e utopias, e dos próprios objetivos e metas do partido, que trocaram reformas estruturais radicais por melhorias compatíveis com o neoliberalismo e a ordem social capitalista monopolista. Promoveu a aplicação de uma macro política econômica neoliberal e acabou reforçando a hegemonia burguesa, no limite do social liberal.

Mas, a partir de 2013, a direita (especialmente uma extrema-direita que passa a se expressar publicamente de modo ativo e articulado) tomou a iniciativa política de colocar a questão de classe e outros elementos de caráter tipicamente subjetivos, dando ênfase a valores ideológicos liberais e conservadores, inclusive em seu sentido mais restrito, relacionados a projetos de sociedade: comunismo, socialismo, patriotismo, liberalismo, capitalismo, bolivarianismo e outros.

Isso vai ocorrer a partir do momento em que as várias correntes de direita passam a sentir que a crise estava presente, especialmente as manifestações das “Jornadas de Junho”, e aproveitam para dar uma ofensiva liberal e conservadora para capitalizar a situação.

Com a instalação da crise política, o PT deu ainda mais ênfase a um discurso racional-pragmático, valorizando resultados materiais concretos, que dominou amplamente os apelos usados pelo marketing político-governamental-eleitoral da campanha de Dilma no horário fixo de propaganda eleitoral, sem absolutamente nenhuma crítica ao capitalismo, ao imperialismo, ao latifúndio e congêneres (ALMEIDA, 2015).

A partir da provocação da direita, começou a procurar, de modo desordenado, introduzir a questão de classe no seu discurso. Entre a militância e dentro de movimentos sociais mais ativos, com um discurso mais radical, muitas vezes até sectário, especialmente em relação a segmentos identificados como de classe média. De modo mais amplo, como na propaganda eleitoral para o público mais

amplo, tanto em 2014 como em 2016, um discurso mais moderado, muito mais com o sentido de marketing, visando sensibilizar o voto dos mais pobres.

Como vimos em nossa análise de conteúdo das peças de propaganda gratuita na TV na campanha eleitoral, ao mesmo tempo, especialmente nas inserções, passou a haver uma polarização política muito forte, que aparecia, entretanto, como artificial, pois as diferenças programáticas e, portanto, político-ideológicas vinham progressivamente diminuindo. Era, portanto, muito mais uma demarcação discursiva de lado a lado, ambos interessados na polarização para valorizar suas diferenças, consideradas positivas para efeito de marketing de ambos os lados eleitorais.

A partir do processo de impeachment passa a ocorrer uma radicalização verbal ainda maior, de lado a lado, o que ganha uma dimensão massiva, aprofundando e amplificando o que já se anunciava desde o contexto das “Jornadas de Junho” de 2013 e as eleições de 2014: tanto em espaços da grande mídia, nas ruas, nas redes sociais, nos parlamentos, no aparelho jurídico coercitivo, organizações empresariais, nas escolas, nas igrejas, e no próprio âmbito interno do governo. etc. Enfim, nos mais diversos espaços do estado, da sociedade civil, das mídias e da estrutura econômica.

Os “salvadores da pátria” avançam com base em valores ideológicos moralistas e conservadores. Porém, sua audiência está sustentada não somente pela ampla visibilidade da corrupção espreada pelos grandes e médios partidos, mas também pela crise econômica e social. Mesmo sem apresentar um programa claro, tem do seu lado um cenário de representação social da política favorável para a construção de um marketing com discurso fácil e boas possibilidades de crescer eleitoralmente.

A Greve Geral de 28 de abril já deve ter tido um impacto, mas pode vir a influenciar mais o cenário político - especialmente se tiver decorrências no desenvolvimento da luta política, que está no âmbito da luta de classes e da luta social entre oprimidos e opressores de modo geral, em nova Greve Geral e multiplicação de lutas parciais - aumentando as dificuldades para a aprovação da Reforma da Previdência e trazendo outros elementos que podem complicar o processo de disputa das eleições de 2018.

O presidente Temer estava tão desgastado que, nas eleições de 2016 optou pelo silêncio, não dando apoios públicos aos candidatos de sua preferência e até mesmo se “escondendo” no dia da votação.

Já estava com grande rejeição e agora tem a maior da história de um presidente da república no Brasil, desde que isso passou a ser investigado por pesquisas quantitativas.

Diante de todo esse quadro de desgaste da coligação governante, Lula praticamente ressuscitou. Do ponto de vista do PT, do seu campo de alianças política e do próprio líder petista, a candidatura de Lula tornou-se irreversível, pois serve também como melhor maneira de sua defesa política no sentido de criar constrangimentos a seus acusadores e juízes. E o impedimento legal de sua candidatura, poderá vitimizá-lo a acabar aumentando a sua capacidade de transferência de votos a quem, nesta situação, vier apoiar.

Com base no referencial teórico aqui esboçado e na conjuntura em que estamos (incluindo aí o cenário de representação social da política em movimento), que lógica poderá predominar neste processo? A racionalidade pragmática, uma racionalidade estratégica, a disputa de valores ideológicos? Em que medida o desenrolar da disputa vai mobilizar as energias emocionais? Nossa hipótese é de que a tendência é de maior ênfase na disputa ideológica do que em outras campanhas, o que deverá provocar um aumento da tensão emocional, mas, os apelos à racionalidade pragmática, que incidem sobre avaliação de governos, atual e pregressos, nacional, estaduais ou locais, continuarão fortemente presentes, em níveis variados a depender do desenvolvimento da conjuntura e de quais candidaturas realmente vão se efetivar e ganhar protagonismo a partir da campanha eleitoral propriamente dita.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Jorge. “Como Vota o Brasileiro”. São Paulo, Casa Amarela, 1a. edição 1996. São Paulo, Editora Casa Amarela, 1996.

- ALMEIDA, Jorge. “Contribuição para entender a crise atual no Brasil”. In: Crítica Marxista, vol. 42, São Paulo, 2016-a.
- ALMEIDA, Jorge. “Cultura política e marketing na campanha de Dilma Rousseff em 2014”. Anais do VI Compolítica, 2015.
- ALMEIDA, Jorge. “Discutindo o voto por valores e a racionalidade pragmática no comportamento político dos brasileiros em 2006”. Anais do XXXI Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, out. de 2007.
- ALMEIDA, Jorge. “Marketing político, hegemonia e contra-hegemonia”. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo e Xamã Editora, 2002.
- ALMEIDA, Jorge. Hegemonia e Bloco Histórico no Brasil pós Lula da Silva. In: Raphael Cloux, e Edemir Ferreira, (orgs.), Hegemonia e Resistências no Brasil. Salvador, Editora Kawo-Kabiyesele, 2012, pp. 237-258
- ALMEIDA, Jorge. Marketing e comportamento político: da vitória de Dilma em 2014 à crise atual. Anais 40º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2016-b.
- ALMEIDA, Jorge. Representações Sociais da Política e Cenário de Representação Midiático da Política. Anais do XXIX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, outubro de 2005.
- AUGRAS, Monique. Opinião Pública: teoria e pesquisa. Petrópolis, Editora Vozes, 1978.
- BOURDIEU, Pierre. A Opinião Pública não existe. In: THIOLENT, Michel (org.). Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo, Editora Polis, 1980.
- COSTA, Luís. Os sentidos da identidade de esquerda no discurso do presidente Lula. In: Raphael Cloux, e Edemir Ferreira, (orgs.), Hegemonia e Resistências no Brasil. Salvador, Editora Kawo-Kabiyesele, 2012.
- DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. Artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1994.
- FIORI, José Luis. O vôo da coruja. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2000
- MARINI, Ruy. Dialética da dependência. In: João P. Stedile e Roberta Traspadini (orgs.), Ruy Mauro Marini, Vida e Obra. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2011, pp. 131-185
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. (org.). Textos em representações sociais. Petrópolis, Vozes, 2002.
- MOSCOVICI, S. Representações Sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis, Vozes, 2003.
- PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- POULANTZAS, Nicos. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In: Nicos Poulantzas (org.), O Estado em crise. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.
- VASQUEZ, Adolfo Sanchez. Filosofia da Praxis. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- WILLIAMS, Raymond. Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.